



CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma LEI ORDINÁRIA Nº 7138/2019		
Ementa Institui o 'Programa Reforma Fácil' e autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro visando à melhoria das habitações populares que especifica, e dá outras providências		
Data da Norma 29/05/2019	Data de Publicação 31/05/2019	Veículo de Publicação Imprensa Oficial do Município
Matéria Legislativa Projeto de Lei nº 63/2019 - Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL		
Status de Vigência Em vigor 90 dias após a publicação		
Histórico de Alterações		
Data da Norma 11/07/2023	Norma Relacionada Lei Ordinária nº 8023/2023	Efeito da Norma Relacionada Alterada pela



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

LEI Nº 7.138, DE 29 DE MAIO DE 2019

Institui o 'Programa Reforma Fácil' e autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro visando à melhoria das habitações populares que especifica, e dá outras providências.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Indaiatuba, o 'Programa Reforma Fácil', vinculado à Secretaria Municipal de Habitação.

Parágrafo único. O Programa de que trata este artigo tem por finalidade melhorar moradias populares através do fornecimento de materiais de construção, locação de equipamentos e mão de obra para a execução de reformas ou conclusão de unidade habitacional de grupo familiar.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - grupo familiar: unidade nuclear composta por um ou mais moradores permanentes que contribuam para o seu rendimento conjunto ou que tenham as suas despesas por ela atendidas, abrangidas todas as espécies de famílias reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive a família unipessoal;

II - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos provenientes de programas oficiais de transferência de renda;

~~III - reforma ou conclusão de unidade habitacional: as obras e serviços destinados à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia, conforme regulamentação prevista na legislação vigente.~~

III - reforma de unidade habitacional: as obras e serviços destinados à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de acessibilidade e de dignidade da moradia, conforme regulamentação prevista na legislação vigente. [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023\)](#)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Art. 3º Poderá beneficiar-se do 'Programa Reforma Fácil' o grupo familiar que preencha os seguintes requisitos:

I - ser proprietário ou possuidor de um único imóvel, localizado no Município de Indaiatuba, e que o utilize como residência própria há mais de 3 (três) anos;

~~II - ter renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos, ou de até 0,5 (cinco décimos) do salário mínimo per capita;~~

II - ter renda familiar não superior a 3 (três) salários mínimos, ou de até 0,5 (cinco décimos) do salário mínimo per capita; [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023\)](#)

III - ter a edificação existente devidamente regularizada ou passível de regularização junto aos órgãos competentes do Município; e

IV - não possuir débitos com o Município, inclusive em relação ao imóvel, ressalvados os que estiverem com sua exigibilidade suspensa na forma da lei.

~~**Parágrafo único.** As condições previstas neste artigo serão apuradas em procedimento simplificado, relatado pelos técnicos da Secretaria Municipal da Habitação.~~

Parágrafo único. As condições previstas neste artigo serão apuradas em procedimento simplificado, relatado pelos servidores da Secretaria Municipal da Habitação. [\(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023\)](#)

Art. 4º Terão prioridade de atendimento no 'Programa Reforma Fácil' os grupos familiares:

I - cujo responsável pela subsistência seja mulher;

II - de que faça parte pessoa com deficiência, conforme a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III - de que faça parte idoso, conforme a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - com menor renda familiar;

~~V - proprietários ou possuidores de imóvel em situação de vulnerabilidade, ocasionada por situações insalubres ou de risco de instalações.~~

V - proprietários ou possuidores de imóvel em situação de vulnerabilidade, ocasionada por situações insalubres. [\(Inciso com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023\)](#)

Art. 5º Para fins de participação no 'Programa Reforma Fácil', somente serão admitidos imóveis exclusivamente residenciais com até 2 (dois) pavimentos, incluindo o térreo, e área total construída não superior a 130 m² (cento e trinta metros quadrados), edificadas em terreno



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e até 300 m² (trezentos metros quadrados) para lotes de esquina.

~~§ 1º A inclusão do imóvel para fins do benefício de que trata esta lei se dará mediante adesão formal do interessado e levantamento realizado pelos órgãos competentes do Município, após vistoria, análise técnica e respectiva aprovação em conformidade com os requisitos da presente Lei.~~

§ 1º A inclusão do imóvel para fins do benefício de que trata esta lei se dará mediante adesão formal do interessado e levantamento realizado pelos órgãos competentes do Município, após vistoria, análise técnica e respectiva aprovação em conformidade com os requisitos da presente Lei, desde que não necessite de reforço estrutural ou de fundação. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023)

§ 2º A Secretaria Municipal de Habitação enviará profissional técnico habilitado que relatará as obras e serviços necessários, o quantitativo dos materiais, equipamentos e a mão de obra, a serem utilizados na reforma.

§ 3º Relatórios e documento de comprovação de responsabilidade técnica deverão ser apresentados pelo profissional habilitado e responsável técnico da obra, desde o recebimento dos materiais, durante as fases de execução, do início até a sua conclusão, inclusive com fotos, enviados à Prefeitura através de meios eletrônicos, em canal de comunicação a ser criado e administrado pela Secretaria Municipal da Habitação, como uma das formas de fiscalização do programa.

§ 4º O órgão municipal responsável pela fiscalização do "Programa Reforma Fácil" deve divulgar e manter atualizado em seu sítio eletrônico, na rede mundial de computadores, página específica contendo informações relativas à execução orçamentária, financeira, responsabilidade técnica, licitações envolvidas, projetos, relatórios técnicos, informações adicionais e situação de cada obra realizada pelo programa.

~~**Art. 6º** Na execução do 'Programa Reforma Fácil', fica o Poder Executivo autorizado a fornecer aos beneficiários materiais de construção, equipamentos e mão de obra para a realização da obra ou serviço objeto deste programa, até o limite de 400 (quatrocentas) UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo por grupo familiar, não reembolsável.~~

Art. 6º Na execução do 'Programa Reforma Fácil, fica o Poder Executivo autorizado a fornecer aos beneficiários materiais de construção, equipamentos e mão de obra para a realização da obra ou serviço objeto deste programa, até o limite de 1.000 (um mil) UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo por grupo familiar, não reembolsável. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Parágrafo único. É vedado o fornecimento exclusivo de materiais, uma vez que o programa contempla o fornecimentos de materiais, equipamentos e mão de obra. *(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 8.023, de 11/7/2023)*

Art. 7º O fornecimento dos materiais de construção, equipamentos e mão de obra a serem utilizados no programa serão contratados pela Prefeitura através de processo licitatório.

Art. 8º As obras e serviços realizados nos imóveis contemplados pelo 'Programa Reforma Fácil' deverão ser concluídos no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de início de obra relatada pelo profissional habilitado e responsável da obra.

Art. 9º A aplicação indevida dos recursos de que trata esta Lei sujeitará o beneficiário, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais, às seguintes penalidades:

I - vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer Programa Habitacional do Município; e

II - obrigação de ressarcir integralmente o valor do auxílio utilizado indevidamente, corrigido monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Não efetuado o ressarcimento de que trata o inciso II do "caput" deste artigo no prazo fixado na notificação expedida pelo Poder Público, o valor será inscrito em dívida ativa, para fins de execução judicial.

Art. 10. O beneficiário do 'Programa Reforma Fácil' somente poderá ser novamente beneficiado após o período de 5 (cinco) anos, contados da data da concessão do benefício anterior.

Art. 11. Caberá à Secretaria Municipal da Habitação expedir as normas que se fizerem necessárias à regulamentação do 'Programa Reforma Fácil', bem como a operacionalização e fiscalização da sua execução.

Art. 12. Fica autorizado o Poder Público, para fins da implantação do 'Programa Reforma Fácil', a firmar convênios ou parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Habitação, até o limite máximo de 40.000 (quarenta mil) UFESP em cada exercício.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.266, de 24 de março de 2014 e a Lei nº 7.036, de 25 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 29 de maio de 2019,
189º de elevação à categoria de freguesia.

NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa

LEI Nº 7.138, DE 29 DE MAIO DE 2019

Aut. Nº	054/19
P.L. Nº	063/19
Publ.:	31/05/19 - p. 04

Institui o 'Programa Reforma Fácil' e autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro visando à melhoria das habitações populares que especifica, e dá outras providências.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Indaiatuba, o 'Programa Reforma Fácil', vinculado à Secretaria Municipal de Habitação.

Parágrafo único - O Programa de que trata este artigo tem por finalidade melhorar moradias populares através do fornecimento de materiais de construção, locação de equipamentos e mão de obra para a execução de reformas ou conclusão de unidade habitacional de grupo familiar.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I - grupo familiar: unidade nuclear composta por um ou mais moradores permanentes que contribuam para o seu rendimento conjunto ou que tenham as suas despesas por ela atendidas, abrangidas todas as espécies de famílias reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive a família unipessoal;

II - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos provenientes de programas oficiais de transferência de renda;

III - reforma ou conclusão de unidade habitacional: as obras e serviços destinados à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia, conforme regulamentação prevista na legislação vigente.

Art. 3º - Poderá beneficiar-se do 'Programa Reforma Fácil' o grupo familiar que preencha os seguintes requisitos:

I - ser proprietário ou possuidor de um único imóvel, localizado no Município de Indaiatuba, e que o utilize como residência própria há mais de 3 (três) anos;

II - ter renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos, ou de até 0,5 (cinco décimos) do salário mínimo *per capita*;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos Departamento de Técnica Legislativa

III - ter a edificação existente devidamente regularizada ou passível de regularização junto aos órgãos competentes do Município; e

IV - não possuir débitos com o Município, inclusive em relação ao imóvel, ressalvados os que estiverem com sua exigibilidade suspensa na forma da lei.

Parágrafo único - As condições previstas neste artigo serão apuradas em procedimento simplificado, relatado pelos técnicos da Secretaria Municipal da Habitação.

Art. 4º - Terão prioridade de atendimento no 'Programa Reforma Fácil' os grupos familiares:

I - cujo responsável pela subsistência seja mulher;

II - de que faça parte pessoa com deficiência, conforme a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

III - de que faça parte idoso, conforme a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

IV - com menor renda familiar;

V - proprietários ou possuidores de imóvel em situação de vulnerabilidade, ocasionada por situações insalubres ou de risco de instalações.

Art. 5º - Para fins de participação no 'Programa Reforma Fácil', somente serão admitidos imóveis exclusivamente residenciais com até 2 (dois) pavimentos, incluindo o térreo, e área total construída não superior a 130 m² (cento e trinta metros quadrados), edificados em terreno com área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e até 300 m² (trezentos metros quadrados) para lotes de esquina.

§ 1º - A inclusão do imóvel para fins do benefício de que trata esta lei se dará mediante adesão formal do interessado e levantamento realizado pelos órgãos competentes do Município, após vistoria, análise técnica e respectiva aprovação em conformidade com os requisitos da presente Lei.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Habitação enviará profissional técnico habilitado que relatará as obras e serviços necessários, o quantitativo dos materiais, equipamentos e a mão de obra, a serem utilizados na reforma.

§ 3º - Relatórios e documento de comprovação de responsabilidade técnica deverão ser apresentados pelo profissional habilitado e responsável técnico da obra, desde o recebimento dos materiais, durante as fases de execução, do início até a sua conclusão, inclusive com fotos, enviados à Prefeitura através de meios eletrônicos, em canal de comunicação a ser criado e administrado pela Secretaria Municipal da Habitação, como uma das formas de fiscalização do programa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos Departamento de Técnica Legislativa

§ 4º - O órgão municipal responsável pela fiscalização do "Programa Reforma Fácil" deve divulgar e manter atualizado em seu sítio eletrônico, na rede mundial de computadores, página específica contendo informações relativas à execução orçamentária, financeira, responsabilidade técnica, licitações envolvidas, projetos, relatórios técnicos, informações adicionais e situação de cada obra realizada pelo programa.

Art. 6º - Na execução do 'Programa Reforma Fácil', fica o Poder Executivo autorizado a fornecer aos beneficiários materiais de construção, equipamentos e mão de obra para a realização da obra ou serviço objeto deste programa, até o limite de 400 (quatrocentas) UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo por grupo familiar, não reembolsável.

Art. 7º - O fornecimento dos materiais de construção, equipamentos e mão de obra a serem utilizados no programa serão contratados pela Prefeitura através de processo licitatório.

Art. 8º - As obras e serviços realizados nos imóveis contemplados pelo 'Programa Reforma Fácil' deverão ser concluídos no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de início de obra relatada pelo profissional habilitado e responsável da obra.

Art. 9º - A aplicação indevida dos recursos de que trata esta Lei sujeitará o beneficiário, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais, às seguintes penalidades:

I - vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer Programa Habitacional do Município; e

II - obrigação de ressarcir integralmente o valor do auxílio utilizado indevidamente, corrigido monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único - Não efetuado o ressarcimento de que trata o inciso II do "caput" deste artigo no prazo fixado na notificação expedida pelo Poder Público, o valor será inscrito em dívida ativa, para fins de execução judicial.

Art. 10 - O beneficiário do 'Programa Reforma Fácil' somente poderá ser novamente beneficiado após o período de 5 (cinco) anos, contados da data da concessão do benefício anterior.

Art. 11 - Caberá à Secretaria Municipal da Habitação expedir as normas que se fizerem necessárias à regulamentação do 'Programa Reforma Fácil', bem como a operacionalização e fiscalização da sua execução.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

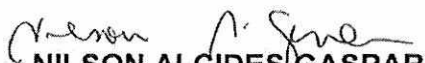
Art. 12 - Fica autorizado o Poder Público, para fins da implantação do 'Programa Reforma Fácil', a firmar convênios ou parcerias com instituições públicas e privadas.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Habitação, até o limite máximo de 40.000 (quarenta mil) UFESP em cada exercício.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 6.266, de 24 de março de 2014 e a Lei nº 7.036, de 25 de outubro de 2018.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 29 de maio de 2019, 189º de elevação à categoria de freguesia.


NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO